

Carta de compromisso com a alimentação fora do lar, a gastronomia e a hospitalidade

Resposta à Agenda Estratégica do Setor de Alimentação Fora do Lar para as eleições de 2026

Belo Horizonte, 3 de setembro de 2026

À Diretoria da
Associação Brasileira de Bares e Restaurantes em Minas Gerais
Abrasel-MG

Prezadas e prezados representantes da Abrasel-MG,

Agradeço o envio das propostas do setor de Alimentação Fora do Lar para o próximo Governo de Minas Gerais.

O documento parte de uma compreensão correta: bares, buffets, cafeterias, lanchonetes, padarias e restaurantes não são apenas estabelecimentos comerciais. Eles geram arrecadação, empregos, renda e turismo, movimentam os municípios e preservam uma parte essencial da identidade mineira.

Conheço esse setor de um modo que poucos candidatos ao Governo de Minas Gerais conhecem. Sou professor universitário e advogado, porém também sou dono de bar. Conheço o trabalho do lado de quem precisa contratar, fechar o caixa, montar a escala, pagar a conta de energia, receber a fiscalização e treinar a equipe. Quando é necessário, também vou para o salão e sirvo.

Sei que abrir um negócio é difícil e que mantê-lo aberto pode ser ainda mais. Margens apertadas convivem com custos elevados, falta de mão de obra, mudanças regulatórias, obrigações tributárias e riscos próprios de um setor que trabalha com produtos perecíveis, segurança alimentar e atendimento direto ao consumidor.

Por isso, recebo a agenda da Abrasel-MG com respeito e com uma preocupação adicional: não transformar reivindicações legítimas em promessas fiscais ou regulatórias que o governador não tenha competência ou condições de cumprir.

O Estado deve reduzir os custos que ele próprio produz, oferecer crédito responsável, promover o turismo, qualificar trabalhadores, simplificar procedimentos e garantir segurança. Ao mesmo tempo, qualquer benefício tributário precisa ter custo conhecido, objetivo mensurável, prazo de revisão e resultado público.

É com essa compreensão que respondo, item por item, às propostas encaminhadas.

1. Reforma tributária estadual e competitividade

Programa Mineiro de Competitividade da Gastronomia

Concordo com a construção de uma agenda estadual de competitividade para o setor.

Ela não precisa começar pela criação de uma nova estrutura administrativa ou de uma marca publicitária. Deve começar por um diagnóstico dos custos, das dificuldades regulatórias, das diferenças regionais e dos efeitos das políticas estaduais sobre os pequenos negócios.

A agenda deverá integrar:

- capacitação profissional;
- crédito;
- desburocratização;
- digitalização;
- eficiência energética;
- segurança pública;
- turismo gastronômico.

O resultado será medido por abertura e sobrevivência de empresas, empregos formais, investimentos realizados, redução da informalidade e renda gerada nas regiões.

Redução da carga efetiva de ICMS sobre a energia elétrica

Recebo a demanda para avaliação técnica, jurídica e fiscal.

Não considero responsável prometer uma redução imediata e setorial de ICMS sem calcular o custo, verificar a legislação aplicável e identificar como a medida se relacionará com a transição da reforma tributária.

A energia representa um custo relevante para um setor que depende continuamente de climatização, cocção, iluminação e refrigeração. Por isso, determinaremos que a Secretaria de Estado de Fazenda produza uma análise específica sobre o peso da tributação da energia na Alimentação Fora do Lar.

A decisão deverá considerar:

- a capacidade fiscal do Estado;
- a duração da medida;
- a geração ou preservação comprovada de empregos;
- a relação entre custo e resultado;
- os efeitos sobre micro e pequenas empresas.

Não haverá benefício sem transparência. Se uma política tributária for adotada, seu custo e seus resultados serão publicados.

Tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas

Concordo com a direção.

O tratamento diferenciado não deve se limitar a uma alíquota. Precisa envolver acesso a crédito, orientação, simplificação das obrigações, tratamento proporcional ao risco e segurança jurídica.

Pequenos estabelecimentos não possuem departamentos próprios para acompanhar diariamente alterações administrativas, fiscais e sanitárias. O Estado precisa escrever regras compreensíveis, oferecer canais de orientação e evitar que uma pequena falha formal receba o mesmo tratamento de uma conduta deliberadamente irregular.

Simplificar não significa retirar exigências de higiene ou segurança alimentar. Significa tornar o cumprimento mais claro e impedir que a burocracia puna quem deseja trabalhar dentro da lei.

Compensações durante a transição da reforma tributária

Assumo o compromisso de acompanhar os efeitos da transição sobre o setor, sem prometer compensações genéricas antes de medir o impacto.

A substituição gradual do ICMS pelo IBS alterará regimes, créditos, obrigações e relações entre os estados e os municípios. O Governo de Minas Gerais precisará acompanhar os efeitos por atividade, porte empresarial e região.

Quando houver prejuízo específico e comprovado, poderão ser avaliadas medidas transitórias de crédito, qualificação, simplificação ou apoio à adaptação.

Compensação não pode se transformar em promessa permanente sem fonte. A prioridade será ajudar o setor a atravessar a transição com informação, previsibilidade e segurança.

Créditos presumidos vinculados à geração de empregos

Concordo que benefícios tributários precisam estar vinculados a resultados.

Todo crédito presumido relevante deverá possuir:

- data de revisão;
- indicadores verificáveis;
- objetivo definido;
- prazo de vigência;
- valor fiscal estimado.

Emprego formal pode ser uma contrapartida importante. Também poderão ser considerados investimento, qualificação profissional e manutenção de unidades em municípios de menor dinamismo econômico.

O Estado não continuará concedendo benefícios por inércia. Aquilo que entregar resultado será protegido. Aquilo que não entregar será revisto.

2. Energia e custos operacionais

Tarifa diferenciada nos horários de maior consumo

A demanda é legítima, porém a competência precisa ser esclarecida.

O governador não pode criar sozinho uma tarifa elétrica especial. Estrutura tarifária, horários e modalidades de cobrança estão submetidos à regulação federal e às regras do setor elétrico.

O Estado, como controlador da Cemig, pode exigir estudos, planejamento e interlocução regulatória. Também pode apoiar projetos-piloto juridicamente autorizados e defender, perante as instituições competentes, soluções compatíveis com o perfil de consumo da Alimentação Fora do Lar.

Assumo o compromisso de estabelecer uma mesa técnica entre Abrasel-MG, Cemig, órgãos regulatórios e representantes do setor para examinar:

- curvas de consumo;
- efeitos tarifários;
- horários críticos;
- possibilidades de eficiência;
- soluções regulatórias permitidas.

Não vou prometer uma tarifa que o governador não pode instituir. Vou colocar o Governo de Minas Gerais na mesa para construir uma solução tecnicamente possível.

Incentivo à energia solar

Concordo. Tenho, inclusive, experiência pessoal com esse tema.

Em 2015, instalei painéis fotovoltaicos no prédio onde moro, no Centro de Belo Horizonte. Primeiro, para atender ao meu apartamento. Depois, como síndico, ajudamos a tornar o condomínio autossuficiente em energia.

A geração solar precisa crescer muito em Minas Gerais, inclusive em bares e restaurantes.

O incentivo deve combinar:

- acesso à rede;
- assistência técnica;
- financiamento;
- informação;
- segurança dos projetos.

Não basta oferecer crédito para comprar painéis se o empreendimento não sabe se poderá conectá-los ou se a rede local está saturada. A Cemig precisará publicar dados de capacidade e critérios objetivos de acesso.

Financiamento para eficiência energética

Concordo com a utilização do BDMG para apoiar investimentos eficientes.

As linhas poderão contemplar equipamentos de menor consumo, iluminação, refrigeração e sistemas de gestão energética.

A taxa, a carência e o prazo precisarão ser definidos segundo o risco da operação, a finalidade do investimento e a capacidade financeira do banco. Juros subsidiados exigem fonte orçamentária transparente.

A prioridade deve ser financiar projetos que reduzam a conta mensal e melhorem a capacidade de pagamento do próprio empreendimento.

3. Crédito e investimento

Fundo Mineiro de Desenvolvimento da Gastronomia e Hospitalidade

Concordo com o objetivo, porém não assumo antecipadamente a criação de um novo fundo.

Minas Gerais possui histórico de fundos autorizados em lei que não contam com receita suficiente ou permanecem com baixa execução. Criar uma nova estrutura sem fonte permanente pode produzir apenas mais um nome no orçamento.

Nos primeiros meses de governo, avaliaremos se os objetivos propostos podem ser atendidos com maior eficiência por meio do BDMG, de fundos garantidores e de instrumentos existentes.

A criação de um fundo específico somente será adotada se houver:

- fonte financeira permanente;
- governança clara;
- objetivo que não possa ser atendido por estrutura existente;
- prestação pública de contas;
- viabilidade fiscal.

O compromisso é com o crédito chegando ao empreendedor, e não com a criação de mais uma burocracia.

Linhas de crédito pelo BDMG

Concordo.

Vamos estudar linhas destinadas a:

- acessibilidade;
- capital de giro;
- digitalização;
- eficiência energética;
- equipamentos;
- reforma.

A carência mínima de doze meses poderá ser adequada para determinados investimentos, especialmente aqueles que exigem implantação e maturação. Não deve ser imposta de forma idêntica a toda operação, porque o custo do crédito também precisa ser sustentável para o banco e para o tomador.

O desenho deverá diferenciar investimento de longo prazo e necessidade emergencial de caixa.

Crédito simplificado

Concordo com a simplificação, preservada a avaliação de risco.

O pequeno empresário não pode enfrentar um processo de crédito quase tão complexo quanto o de um grande empreendimento.

Vamos avaliar:

- análise digital;
- documentação proporcional;
- integração de bases públicas;
- modelos adequados ao faturamento do negócio;
- orientação para preparação da proposta.

Simplificar não significa conceder crédito irresponsável. Significa retirar etapas que não melhoram a análise e oferecer resposta mais rápida.

Garantia complementar do Estado

A proposta é tecnicamente possível e merece avaliação.

Muitos pequenos negócios possuem capacidade operacional, porém não dispõem de garantias reais suficientes. Fundos garantidores e mecanismos de compartilhamento de risco podem ampliar o crédito.

Qualquer garantia estadual deverá possuir limite, provisão, regra de acesso e transparência. O risco não pode ser transferido integralmente ao contribuinte.

A garantia pública deve destravar bons projetos, e não encobrir operações inviáveis.

4. Qualificação profissional e empregabilidade

Há grande convergência com o nosso Plano de Governo.

A Alimentação Fora do Lar oferece uma das portas mais rápidas para o primeiro emprego e para a reinserção profissional. Também é um setor em que experiência prática, formação técnica e qualidade do atendimento produzem diferença imediata na produtividade.

Vamos construir, com Abrasel-MG, instituições de ensino, setor privado e trabalhadores, uma política modular de formação para:

- atendentes;
- auxiliares de cozinha;
- cozinheiros;

- garçons;
- gerentes;
- gestores.

Os cursos deverão atender tanto quem busca a primeira oportunidade quanto quem já trabalha e precisa avançar profissionalmente.

Programa estadual permanente de qualificação

A formação poderá combinar módulos de curta duração e trilhas completas. Os conteúdos devem incluir:

- atendimento;
- delivery;
- gastronomia;
- gestão;
- hospitalidade;
- segurança alimentar;
- turismo;
- vendas.

A formação precisa ser oferecida regionalmente. A demanda de uma cidade histórica não é idêntica à de um polo industrial, de uma região de turismo de natureza ou de uma grande área metropolitana.

Parceria com instituições

Concordo com a articulação entre institutos federais, Senac, Sebrae e universidades.

O Estado não precisa construir sozinho toda a estrutura de formação. Deve coordenar o que já existe, identificar lacunas e evitar cursos que formem pessoas para vagas inexistentes.

Empresas poderão participar da construção dos currículos e oferecer ambientes de prática, sem transformar a qualificação pública em treinamento exclusivo para um único empregador.

Bolsa-formação

Recebo a proposta favoravelmente, condicionada à focalização e à disponibilidade orçamentária.

A bolsa pode ser decisiva para jovens e desempregados que não conseguem frequentar um curso porque precisam escolher entre formação, renda e transporte.

Ela deverá priorizar pessoas de baixa renda e cursos ligados a vagas efetivamente disponíveis. O resultado precisa ser medido por conclusão, emprego, permanência e progressão profissional.

Inteligência artificial, marketing digital e gestão financeira

Concordo.

O setor precisa incorporar tecnologia sem perder hospitalidade.

A formação poderá incluir automação, controle de estoque, formação de preço, gestão de dados, inteligência artificial, marketing digital e relacionamento com clientes.

A tecnologia deve reduzir desperdício e melhorar decisão. Não deve apenas acrescentar uma assinatura mensal ao custo do pequeno negócio.

5. Turismo gastronômico como política de Estado

Este é um dos pontos de maior convergência com nosso plano.

A maravilhosa cozinha mineira é patrimônio, produto turístico e atividade econômica. Ela reúne memória familiar, produção rural, saberes tradicionais e trabalho contemporâneo.

Nosso Plano de Governo trata gastronomia e turismo cultural como vetores de desenvolvimento regional. Queremos profissionalizar a gestão, fortalecer circuitos, qualificar destinos e aumentar a permanência do visitante.

Gastronomia como eixo estratégico

Concordo integralmente.

A gastronomia precisa estar presente na política estadual de turismo, e não aparecer apenas como complemento de eventos.

Ela deverá dialogar com:

- agricultura familiar;
- cultura;
- desenvolvimento econômico;
- educação profissional;
- patrimônio;
- promoção turística.

O turista que visita uma cidade histórica também procura café, cachaça, culinária regional, queijo e quitanda. Essa experiência movimentará produtores, transportadores, trabalhadores e estabelecimentos.

Rota Mineira da Gastronomia e da Hospitalidade

Apoio a estruturação de uma rede de rotas, evitando criar uma rota apenas no papel.

Uma rota precisa existir no território. Isso exige:

- acesso;
- calendário;
- informação;
- qualificação;
- serviços;
- sinalização.

A política deverá conectar circuitos já existentes, respeitar identidades regionais e evitar uma marca única que apague a diversidade de Minas Gerais.

O objetivo é fazer o visitante permanecer mais tempo, circular entre municípios e deixar mais renda na região.

Promoção integrada

Concordo.

A promoção deverá reunir cafés, cachaças, cidades históricas, culinária regional e queijos e mostrar que Minas Gerais possui experiências distintas em cada território.

Também precisamos aproximar turismo gastronômico de mercados, pequenos produtores, restaurantes e festivais.

A gastronomia começa na propriedade rural e termina na experiência do consumidor. Toda essa cadeia precisa aparecer.

Calendário estadual de eventos

Concordo com a organização de um calendário público e integrado.

O Estado poderá apoiar divulgação, formação, logística e promoção, com critérios transparentes.

O apoio financeiro não deve ser pulverizado sem avaliação. Será necessário considerar:

- capacidade de atrair visitantes;
- continuidade;
- identidade regional;
- impacto econômico local;
- qualidade da organização.

Eventos não podem competir entre si por falta de coordenação do calendário.

Campanhas de valorização da cozinha mineira

Concordo.

As campanhas precisam mostrar pessoas e territórios, não apenas pratos.

Produtores, quitandeiras, cozinheiros, mestres e trabalhadores devem aparecer como responsáveis pela experiência.

A promoção nacional deverá ser articulada a reservas, roteiros, serviços e informações. Publicidade sem capacidade de receber o visitante pode gerar frustração em vez de desenvolvimento.

6. Segurança pública e funcionamento dos negócios

Concordo que segurança é condição para a economia noturna, o turismo e o trabalho.

Bares e restaurantes sofrem com furtos, receptação, roubos de celulares e violência nos deslocamentos de clientes e trabalhadores.

Nosso plano cria o Centro Integrado de Inteligência Criminal e fortalece a cooperação entre Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Penal, além da articulação com forças federais.

Policimento em corredores gastronômicos e turísticos

Concordo com o policiamento orientado por dados.

O Estado deverá identificar horários, locais e tipos de ocorrência e organizar sua presença de acordo com o diagnóstico.

O objetivo não será militarizar áreas de convivência. Será proteger clientes, moradores, trabalhadores e comerciantes.

Os planejamentos regionais deverão ouvir os estabelecimentos e considerar também pontos de ônibus, trajetos de trabalhadores e horários de encerramento das atividades.

Iluminação e monitoramento urbano

A iluminação pública é uma responsabilidade predominantemente municipal. O Estado pode cooperar, financiar projetos específicos e integrar informações.

O monitoramento precisa possuir regras de proteção de dados, supervisão humana e uso legítimo das imagens. Câmera sem integração com a investigação produz gravação, não necessariamente segurança.

Canal rápido com as forças de segurança

Concordo.

Podemos estruturar protocolos regionais entre comandos policiais, entidades empresariais e municípios para comunicação de padrões de ocorrência, emergências e riscos.

O canal não poderá substituir o atendimento oficial nem criar privilégio para um segmento. Ele deverá melhorar a circulação de informações e ajudar o Estado a identificar problemas recorrentes.

Nosso programa de combate ao furto e ao roubo de celulares também terá impacto direto sobre clientes e estabelecimentos, atacando o bloqueio, a receptação, a recuperação e o rastreamento dos aparelhos.

7. Digitalização e inovação

Programa AFL Digital Minas

Concordo com o objetivo e proponho integrá-lo à política estadual de produtividade e inovação.

Não precisamos necessariamente criar uma estrutura isolada. Podemos organizar um programa que conecte BDMG, Fapemig, instituições de ensino, Sebrae e setor produtivo.

O programa deverá apoiar a adoção de ferramentas para:

- automação;
- controle de estoque;
- delivery;
- formação de preço;
- gestão financeira;
- relacionamento com clientes.

Voucher tecnológico

- A proposta merece projeto-piloto e avaliação.

Um voucher pode ajudar pequenos negócios a contratar serviços ou adquirir soluções. Também pode financiar ferramentas que não serão utilizadas ou criar dependência de determinados fornecedores.

Por isso, o instrumento deverá começar de forma focalizada, com critérios de seleção, contrapartida e avaliação de resultado.

A empresa apoiada deverá demonstrar o problema que pretende resolver e o ganho esperado.

Capacitação digital

Concordo.

A capacitação precisa ensinar o empresário a escolher e utilizar tecnologia, e não apenas apresentar produtos.

Inteligência artificial pode auxiliar em atendimento, compras, escala, previsão de demanda e redução de desperdício. A decisão final continuará sendo humana.

Foodtechs e hospitality techs

Concordo com o estímulo à inovação.

A Fapemig terá programa dedicado a pequenas e médias empresas de base tecnológica. Distritos de inovação e residências tecnológicas poderão aproximar estudantes, pesquisadores e empresas.

Minas Gerais pode desenvolver soluções próprias para hospitalidade, segurança alimentar, produção, logística e gestão.

O objetivo não é apenas comprar tecnologia produzida fora. É fazer empresas mineiras criarem soluções que possam ser utilizadas e vendidas em todo o país.

8. Sustentabilidade e economia circular

Redução do desperdício de alimentos

Concordo.

Desperdício é custo empresarial, perda ambiental e problema social. A política deverá combinar:

- capacitação;
- doação segura de excedentes próprios para consumo;
- gestão de compras;
- melhoria de armazenamento;
- mensuração das perdas.

Precisamos distinguir alimento próprio para doação de resíduo orgânico destinado à compostagem. Segurança alimentar continuará sendo indispensável.

Compostagem e reciclagem

Concordo.

O Estado deverá apoiar soluções regionais, especialmente onde um único estabelecimento ou município não possui escala.

A política Lixão Zero, prevista no nosso plano, combinará coleta seletiva, compostagem, consórcios e estruturação de projetos.

Benefícios para práticas sustentáveis

Apoio incentivos baseados em critérios verificáveis.

Não queremos criar selos meramente promocionais ou benefícios concedidos por autodeclaração.

As práticas poderão ser medidas por:

- eficiência energética;
- redução do desperdício;
- redução do uso de água;
- reciclagem;
- substituição de materiais;
- tratamento adequado de resíduos.

Qualquer benefício tributário precisará respeitar a avaliação fiscal e demonstrar retorno público.

Cooperativas de reciclagem

Concordo integralmente.

Nosso plano fortalece o Bolsa Reciclagem e reconhece o trabalho dos catadores como parte indispensável da cadeia.

Bares e restaurantes poderão estabelecer parcerias para separação e destinação adequada de materiais. O Estado deverá apoiar equipamentos, formalização e previsibilidade dos repasses às cooperativas.

Sustentabilidade não pode transferir todo o trabalho e todo o custo para quem está na parte mais vulnerável da cadeia.

9. Governança e diálogo permanente

Conselho Estadual da Alimentação Fora do Lar e Hospitalidade

Concordo com a necessidade de uma instância permanente de diálogo, porém avaliaremos antes a criação de um novo conselho.

Minas Gerais já possui colegiados nas áreas de desenvolvimento, turismo e trabalho. Criar mais uma estrutura somente fará sentido se houver competência própria, participação equilibrada e resultado que não possa ser produzido por instância existente.

Nos primeiros trinta dias, instituiremos uma mesa técnica do setor. A partir de seu funcionamento, avaliaremos se o instrumento adequado é um conselho, uma câmara temática ou um fórum permanente.

A preocupação central será impedir que o diálogo dependa de relações pessoais ou de reuniões ocasionais.

Participação da Abrasel-MG

Concordo com a participação da entidade nas discussões relacionadas ao setor.

A Abrasel-MG deverá ser ouvida em temas de desenvolvimento econômico, trabalho, tributação e turismo, ao lado de consumidores, municípios, trabalhadores e outras entidades.

Ouvir não significa conceder poder de veto. Significa melhorar a qualidade da decisão e apresentar publicamente as razões para acolher ou rejeitar uma proposta.

Reuniões trimestrais

Assumo o compromisso com reuniões técnicas trimestrais envolvendo as secretarias competentes e a representação do setor.

Não considero boa governança fazer o funcionamento da política depender exclusivamente da presença pessoal do governador em todas as reuniões. Haverá uma reunião periódica de balanço comigo, enquanto as equipes técnicas manterão a interlocução permanente e executarão os encaminhamentos.

Cada encontro deverá produzir ata, responsável e prazo.

Observatório econômico

Concordo com a produção de dados, evitando duplicar sistemas existentes.

O observatório poderá consolidar informações sobre:

- abertura e fechamento de empresas;
- emprego;
- faturamento;
- formalização;
- investimento;
- qualificação;
- turismo.

Sempre que possível, utilizaremos bases existentes e integraremos informações. Um observatório não deve ser apenas um portal com gráficos. Precisa orientar crédito, fiscalização, formação e políticas de turismo.

10. Tributação e ICMS

Canal permanente com a Secretaria de Fazenda

Concordo.

O setor precisa conhecer previamente mudanças relevantes e ter acesso a interpretações claras.

Criaremos uma mesa tributária permanente para discutir obrigações, preços de referência, procedimentos e transição para o IBS.

As reuniões terão pauta, resposta formal e acompanhamento dos encaminhamentos.

Distorções na cadeia de bebidas

A demanda merece análise específica.

A cadeia de bebidas reúne regimes diferentes, formação de preços de referência e substituição tributária. O governo deverá identificar situações em que a tributação presumida se distancia da realidade, prejudica o capital de giro ou cria desigualdade competitiva.

A revisão precisa utilizar notas fiscais e dados reais de mercado, respeitando o combate à sonegação.

Substituição tributária e PMPF

Minha posição é realizar revisão técnica, produto por produto e setor por setor.

A substituição tributária teve papel importante quando o Estado não possuía as ferramentas atuais de cruzamento de dados. Hoje, pode produzir antecipação excessiva, burocracia e pressão sobre o capital de giro.

Minas Gerais não deve abolir todo o sistema sem avaliar arrecadação e fiscalização. Também não pode ignorar as mudanças realizadas por estados vizinhos e permitir que a divisa se transforme em vantagem contra o empresário mineiro.

A revisão deverá considerar:

- capital de giro;
- competitividade;
- custo de conformidade;
- efeito arrecadatário;
- risco de evasão.

O PMPF precisa acompanhar preços efetivamente praticados e adotar metodologia pública.

Obrigações acessórias

Concordo com a simplificação.

O Estado deverá eliminar duplicidades, integrar declarações e reduzir exigências que peçam informações já disponíveis em bases públicas.

Uma obrigação somente deve existir quando sua utilidade para fiscalização superar o custo que impõe ao contribuinte.

11. Desburocratização e segurança jurídica

Expansão do Minas Livre para Crescer e do Redesim + Livre

Concordo com a expansão mediante cooperação com os municípios.

Grande parte do licenciamento da Alimentação Fora do Lar envolve competências municipais. O Estado não pode obrigar uma prefeitura a adotar procedimentos fora da lei. Pode oferecer sistemas, modelos, orientação e apoio técnico.

A adesão precisa produzir redução real de prazos, e não apenas assinatura de termo.

Simplificação dos processos

Concordo.

Vamos mapear as etapas estaduais relacionadas à abertura e ao funcionamento dos negócios, eliminando exigências repetidas e digitalizando procedimentos.

Atividades de baixo risco devem receber tratamento compatível com seu risco, nos limites da legislação.

O atendimento digital não poderá excluir quem precisa de orientação humana.

Padronização das regras

Concordo.

Situações equivalentes devem receber decisões equivalentes. O empresário não pode depender da interpretação pessoal de quem analisa o processo naquele dia.

O Estado deverá publicar manuais, orientações e precedentes administrativos. Divergências precisarão ser resolvidas por instância técnica, com justificativa pública.

Decisões vinculantes

Concordo com a criação de precedentes administrativos dentro dos limites legais.

Uma orientação consolidada deverá vincular os órgãos estaduais enquanto estiver vigente. A administração poderá revê-la quando houver mudança legal, nova evidência ou erro identificado, sempre com fundamentação e proteção da segurança jurídica.

Previsibilidade não significa impedir a correção de uma decisão equivocada. Significa evitar mudança arbitrária e sem explicação.

Fiscalização orientadora

Acrescento um compromisso.

Para infrações formais de menor gravidade, quando não houver risco sanitário ou fraude, a fiscalização deverá priorizar orientação e prazo de correção antes da penalidade, quando a lei permitir.

Em situações que envolvam alimento impróprio, fraude, risco à saúde ou reincidência, a atuação deverá ser firme.

Desburocratizar não é deixar de fiscalizar. É fiscalizar aquilo que realmente importa.

12. Energia e eficiência energética

Este eixo dialoga com o segundo ponto da agenda. Aqui, entendo que a prioridade é apoiar o investimento necessário para reduzir permanentemente o consumo.

Linhas de crédito e incentivos

Concordo com a estruturação de instrumentos pelo BDMG.

Os projetos poderão contemplar:

- climatização;
- equipamentos de cozinha;
- iluminação;
- refrigeração;
- sistemas de automação;
- sistemas solares.

A análise deverá considerar a economia estimada e a capacidade de o ganho energético ajudar a pagar o financiamento.

Energia solar

Concordo com a ampliação do acesso.

Precisamos combinar financiamento e capacidade de conexão. A Cemig deverá apresentar critérios claros, mapas de disponibilidade e prazos conhecidos.

A companhia e suas subsidiárias serão administradas com integridade. Decisão de acesso à rede não pode depender de proximidade política ou tratamento privilegiado.

Tecnologias mais eficientes

Concordo.

Muitos estabelecimentos utilizam equipamentos antigos porque não conseguem financiar a substituição. O custo da energia permanece elevado e reduz a capacidade de investimento.

O Estado poderá apoiar auditorias simplificadas e linhas de modernização. O empresário precisa saber qual equipamento consome mais, quanto economizará e em quanto tempo recuperará o investimento.

Sistemas de alto consumo

Concordo com a focalização.

Refrigeração, climatização e cocção costumam concentrar parte importante do consumo. A política deverá começar onde o investimento produzir maior redução de custo.

Não haverá imposição de tecnologia única. Cada estabelecimento possui porte, estrutura e perfil de funcionamento diferentes.

Compromissos para os primeiros cem dias

A Abrasel-MG apresenta cinco compromissos iniciais. Minha proposta é transformá-los nas seguintes entregas:

1. Instância permanente de diálogo

Nos primeiros trinta dias, instituiremos a Mesa Estadual da Alimentação Fora do Lar e da Hospitalidade, com representação do setor e das áreas de desenvolvimento econômico, fazenda, segurança, trabalho e turismo.

Durante os primeiros cem dias, avaliaremos se essa mesa deverá evoluir para um conselho formal ou permanecer como câmara técnica vinculada a uma estrutura existente.

2. Plano de desburocratização

Mapearemos os procedimentos estaduais que afetam o setor e apresentaremos uma primeira agenda de simplificação, com responsáveis e prazos.

Também iniciaremos diálogo com os municípios para ampliar a integração de licenças e sistemas.

3. Crédito pelo BDMG

O BDMG apresentará uma proposta de linha destinada à acessibilidade, ao capital de giro, à digitalização, à eficiência energética e à modernização.

A taxa, a carência e as garantias serão definidas de maneira responsável. Não prometerei crédito emergencial sem análise de risco ou fonte financeira.

4. Turismo gastronômico

Apresentaremos uma estratégia estadual de turismo gastronômico integrada à política de cultura, desenvolvimento regional e turismo.

A estratégia incluirá calendário, circuitos regionais, critérios de apoio, promoção e qualificação.

5. Qualificação profissional

Iniciaremos projetos-piloto de formação em polos regionais, com cursos modulares construídos em parceria com as empresas e as instituições de ensino.

Os primeiros resultados serão medidos por conclusão, contratação e permanência no emprego.

6. Linha de base do setor

Acrescento uma sexta entrega.

O Estado consolidará dados sobre empresas, emprego, formalização, tributação e turismo para que as políticas seguintes partam de uma linha de base conhecida.

Sem diagnóstico, os primeiros cem dias podem virar apenas cem dias de anúncios.

Um compromisso pessoal e político

A Abrasel-MG encerra sua agenda afirmando que investir na Alimentação Fora do Lar é investir no desenvolvimento de Minas Gerais.

Concordo.

A gastronomia não é apenas comida. É arrecadação, cultura, emprego, hospitalidade, identidade, renda e turismo.

É também uma atividade profundamente humana. Quem entra num bar ou restaurante não procura apenas alimento. Procura encontro, memória, pertencimento e convivência.

Como dono de bar, conheço a responsabilidade de quem abre uma porta todos os dias sem saber exatamente quanto venderá, porém sabendo que terá salários, tributos e fornecedores para pagar.

Como candidato a governador, também conheço o limite da política pública. O Estado não pode garantir o lucro de um negócio. Pode oferecer condições mais justas para que quem trabalha tenha oportunidade de prosperar.

Isso significa:

- crédito responsável;
- energia competitiva;
- formação profissional;
- regras claras;
- segurança;
- turismo promovido com seriedade.

A nossa maravilhosa cozinha mineira já possui reconhecimento afetivo. O desafio é transformar esse reconhecimento em desenvolvimento econômico para os 853 municípios.

Contem comigo para construir essa agenda com diálogo, responsabilidade e resultado.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato ao Governo de Minas Gerais
MDB, 15